

Procedimentos antropológicos e a pesquisa no campo dos agronegócios¹

Ana Lúcia E.F. Valente (UnB)

Resumo:

A evolução do campo de conhecimento dos agronegócios na última década concretizou um programa de agenda para a pesquisa, na qual o estudo de caso é indicado como método para a análise de fenômenos sociais complexos: por permitir maior nível de detalhamento das relações entre os indivíduos, dentro das organizações e entre elas, bem como suas interações com o ambiente externo; e implicar a utilização de várias fontes de evidência. Entretanto, também é associado à perspectiva fenomenológica, que poderia ser tratada como literatura, mas não como ciência. Essa confusão entre métodos - tomados como sinônimos de técnicas - e teorias, como se houvesse neutralidade teórica no emprego de métodos ou técnicas impõe que sejam retomadas e discutidas as linhas condutoras da pesquisa antropológica, estabelecidas no primeiro terço do Século XX. É o que se propõe neste trabalho.

Palavras-chave: agronegócios, técnicas antropológicas, teorias.

Abstract:

The evolution of the agribusiness studies field in the past decade resulted in a research program in which the study case is indicated as a method for the complex social phenomenon analysis: for providing detailed understanding on interindividual relationships within organizations and between organizations, as well as their interactions with the external environment; it involves the use of multiple sources of evidence. However, it is also associated with the phenomenological perspective, which could be treated as literature, but not as science. This confusion between methods - taken as synonyms of techniques - and theories, as if there was theoretical neutrality in employment of methods or techniques, that require to be retaken and discussed the guiding lines of anthropological research, established in the first third of the XX Century. That is what is proposed in this paper.

Words-Key: agribusiness, anthropological techniques, theories.

¹ Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

Introdução:

Na última década, um programa para pesquisa, educação e consultoria foi concretizado para o campo do agronegócios. Sua recente estruturação talvez explique a falta de consenso em torno do próprio conceito de agronegócio. Em seu campo de investigação, “os jargões ainda não se estabeleceram, a compreensão dos limites, dos métodos e dos produtos gerados ainda não convergiu” (ZYLBERSTAJN, 1999, p.95). Contudo, tem-se buscado enfrentar o desafio de propor ensino e pesquisa interdisciplinares nos programas de pós-graduação (HOFF *et. al.*, 2007), como reclama o seu objeto que, por sua complexidade, envolve inúmeras temáticas e enfoques. Reúnem estudiosos de formação diversa (RINALDI *et. al.*, 2007) e a eles impõe-se a tarefa de romper com a lógica disciplinar que poucos estão dispostos a realizar. Em certa medida, isso explica a polêmica criada nos processos de proposição e estruturação desses programas em torno do nome a adotar, com fortes resistências à escolha do termo agronegócio². Isso se dá especialmente devido à suposta inadequação desse termo às características da agricultura familiar e, por vezes, a preferência recai em designá-los como cursos de pós-graduação em “desenvolvimento rural”, “desenvolvimento sustentável”, e outras denominações similares, não menos controversas (VEIGA, 2006).

O termo “agronegócio”, neologismo do conceito clássico *agribusiness* cunhado em meados do século XX por Davis e Goldberg (1957) para designar, a partir da experiência norte-americana, as relações de dependência entre as indústrias de insumos, produção agropecuária, indústria de alimentos e o sistema de distribuição, desde então passou a ter por referência *os negócios da agricultura de dentro para fora da porteira*. Os autores analisam e conceituam pela primeira vez o processo de integração entre esses três segmentos insumo/processamento/distribuição, que até aquele momento eram analisados como setores separados. Propõem que tal integração seja analisada na forma de uma grande cadeia integrada de forma vertical.

Conceito descritivo, tudo indica que de inspiração positivista, por sua simplicidade e compromisso com a suposta “neutralidade científica” não deveria despertar tanta polêmica na atualidade, como ocorre no Brasil. Entretanto, a mídia, movimentos sociais e mesmo segmentos importantes da academia se deixam enredar no debate sobre um suposto dualismo entre agronegócio e agricultura familiar, como se, os segmentos sociais envolvidos não se

² De acordo com Rinaldi *et.al.* (2007, p. 151) “existem atualmente seis Programas de Pós-graduação em Agronegócios registrados no banco de dados da Capes, classificados na área Multidisciplinar dessa Instituição”.

pautassem ou estivessem interessados no processo no qual ambos estão implicados: da produção ao consumo (VALENTE, 2008).

As metodologias utilizadas nos estudos de agronegócios são as mais diversas e resultam dos diferentes objetivos pretendidos (SILVA; BATALHA, 1999). A literatura sobre esses estudos mostra que diversos métodos de busca de informações e análise têm sido empregados, isoladamente ou de forma combinada. Embora nem sempre a justificativa pela opção metodológica esteja explicitada em tais estudos, algumas considerações de caráter geral podem ser inferidas, permitindo a determinação de fatores críticos a serem avaliados. A diversidade de objetivos desses estudos e a multiplicidade de questões relacionadas aos recursos físicos, financeiros e humanos impedem uma recomendação universal de opção metodológica para a busca de informações. Lazzarini (1997) sugere o uso de estudos de caso para pesquisas de fenômenos sociais complexos, nas quais se pressupõe maior nível de detalhamento das relações dentro e entre os indivíduos e organizações, bem como suas interações com o ambiente externo. Por sua vez, Zylbersztajn (1999, p.97), já citado, afirma que na pesquisa nos agronegócios há a contribuição dos conhecimentos positivo e fenomenológico, sem se aprofundar nas suas implicações epistemológicas. Inclusive associa o conhecimento fenomenológico ao “método de estudo de caso” que seria “útil”, mesmo não se enquadrando na prática da ciência positiva. Entretanto, “pode ser tratado como literatura mas não como ciência”.

Depreende-se desse trecho, certa confusão entre teorias e métodos, tomados como sinônimos de técnicas. Como se houvesse neutralidade teórica no emprego daquele método ou daquela técnica. De fato, correntes positivistas³ advogam tal neutralidade e têm carregado conotações pejorativas que as associam ao que se julga ser o pior da pesquisa⁴, o que não é sempre verdade. Quanto ao método fenomenológico parece ser um erro afastá-lo do campo científico, considerando a tradição iniciada por Husserl (1975), Heidegger (1973) e que influenciou muitos filósofos e pesquisadores. Como explica Masini (1989, p.62), não haveria apenas um método fenomenológico, mas uma “atitude de abertura do ser humano para compreender o que se mostra”, não se deixando aprisionar por conceitos ou predefinições.

³ A partir do positivismo de Comte várias tendências surgiram com diferentes combinações assumindo denominação variada, como o neopositivismo. Compõem o conjunto das “teorias do equilíbrio”.

⁴ A propósito de De Man, que em torno de 1929 escreveu um livro sobre a vida operária européia, inspirando-se em teorias do economista americano Veblen, Gramsci faz o seguinte comentário: “Ele acredita ter feito descobertas grandiosas, pela simples razão de repetir – como um formulário ‘científico’ – a descrição de uma série de fatos mais ou menos individuais: é a típica manifestação de positivismo, que duplica o fato, descrevendo-o e generalizando-o em uma fórmula e, após a formulação do fato, estabelece a lei do próprio fato”(1989, p.133).

Mas além de serem objeto de crítica, essas correntes também não são as únicas disponíveis no “mercado teórico”. Por isso, certas afirmações ou análises não podem ser feitas sem que provoquem reações, mesmo porque são capazes de induzir ao equívoco o leitor incauto ou iniciante. Se, historicamente, na teoria econômica foram inseridos alguns princípios sociológicos do positivismo e do evolucionismo, o eventual emprego do “estudo de caso” teve procedência semelhante, na antropologia. Porém, tudo indica não ter recebido o tratamento analítico adequado. Essa é a nossa intenção, visando contribuir para a superação de alguns equívocos e o amadurecimento da compreensão de métodos, seu alcance e limites, no campo do agronegócio a partir do campo originário.

Esse texto divide-se em três seções. Na primeira, em linhas gerais, recupera-se o histórico de constituição do método antropológico e sinalizadas as adaptações sofridas nesse escopo, a partir do alargamento de seu campo de interesse, quando passa a ser utilizado para a compreensão da sociedade ocidental. Na segunda seção são apresentados os fundamentos da crítica epistemológica de antropólogos para apontar os limites de suas técnicas e teorias. Na terceira, a guisa de conclusão, descreve-se a partir de exemplo concreto, como o estudo de caso vem sendo utilizado no campo do agronegócios e comentam-se as possibilidades que são abertas para que esse procedimento possa revestir-se de maior riqueza analítica.

1. Das exigências da investigação antropológica e suas adaptações

A antropologia constituiu-se, historicamente, a partir de uma ramificação da sociologia, especializando-se no estudo de sociedades que fugiam aos padrões de organização ocidental da época. Pode-se dizer que, no primeiro terço do século XX, com o trabalho clássico de Malinowski - *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1976) -, foram estabelecidas as linhas condutoras da pesquisa antropológica: a exigência do trabalho de campo e o estudo de caso.

Logo na introdução a este estudo, o autor indaga sobre qual seria a “magia do etnógrafo” e onde residiria sua competência em conhecer povos e culturas diferentes, ao que ele responde:

[...] Como sempre, só se pode obter êxito através da aplicação sistemática e paciente de algumas regras de bom-senso assim como de princípios científicos bem conhecidos, e não pela descoberta de algum atalho maravilhoso que conduza ao resultado desejado, sem esforços e sem problemas (MALINOWSKY, 1976, p. 24).

O autor segue apontando quais seriam os três princípios metodológicos da pesquisa etnográfica, ilustrados nos capítulos de sua obra. O primeiro princípio é lógico e diz respeito à

existência de objetivos genuinamente científicos por parte do pesquisador e a necessidade de que conheça os resultados mais recentes do estudo científico, levando-se em consideração que,

[...] conhecer bem a teoria científica e estar a par de suas últimas descobertas não significa estar sobrecarregado de idéias preconcebidas (...) mas, quanto maior for o número de problemas que leve consigo para o trabalho de campo, quanto mais esteja habituado a moldar suas teorias aos fatos e decidir quão relevantes eles são às suas teorias, tanto mais estará bem equipado para o seu trabalho de pesquisa (*ibid.*, p.26).

O domínio da teoria por parte dos pesquisadores os diferencia de amadores e curiosos que tendem a fazer relatos falsos, caricaturas infantis dos povos estudados. O treinamento científico teria, então, por finalidade fornecer um ‘esquema mental’ ao pesquisador que lhe sirva de apoio e estabeleça o roteiro a seguir em seus trabalhos.

O segundo princípio advém da necessidade de o pesquisador garantir boas condições de trabalho, o que significa, para o autor, viver junto aos membros do grupo estudado. Para ele, através deste relacionamento, aprende-se a conhecê-los e cria-se familiaridade com seus costumes e crenças, no lugar de informantes pagos. Por fim, o pesquisador deve aplicar certos métodos especiais de coleta, manipulação e registro da evidência. A responsabilidade do etnógrafo é estabelecer leis e regularidades que regem o grupo, mas que não se encontram formulados em lugar algum. O melhor recurso passa a ser a coleta de dados concretos sobre todos os fatos observados e através disso formular as inferências gerais.

Para Malinowski (*ibid.*, p.30),

[...] na busca desses fatos, terá mais êxito o pesquisador cujo ‘esquema mental’ for mais lúcido e completo. Sempre que o material de pesquisa o permitir, esse ‘esquema mental’ deve, todavia, transformar-se num ‘esquema real’ - ou seja, materializar-se na forma de diagramas, planos de estudo e pesquisa e quadros sinóticos completos.

Em resumo, todos os fatos devem ser estudados a partir do maior número de manifestações concretas, através do levantamento exaustivo de dados e exemplos detalhados, seja através de questionários, entrevistas; seja através de estatísticas, dos mais variados recursos. No entanto, apenas a convivência com o grupo estudado, a observação, é capaz de preencher com “carne e sangue” o “esqueleto vazio das construções abstratas”. Os fatos cotidianos, a sua ocorrência corriqueira ou extraordinária, os atos públicos ou privados, os rituais, os sentimentos, os “imponderáveis da vida real” e “o comportamento típico”, nas palavras de Malinowski (*ibid.*, p. 33-4):

[...] podem e devem ser formulados cientificamente e registrados; entretanto, é preciso que isso não se transforme numa simples anotação superficial de detalhes, como usualmente é feito por observadores comuns,

mas seja acompanhado de um esforço para atingir a atitude mental que neles se expressa.

Nessas observações, muitas vezes com a participação ativa do pesquisador em jogos, conversas, passeios, mergulhando na vida grupal, a subjetividade do observador interfere de modo mais marcante do que na coleta dos dados etnográficos cristalizados. A utilização de um diário etnográfico ou de campo pode ser um instrumento ideal na coleta e registro de impressões, que vão sendo discriminadas entre relevantes ou superficiais e transformadas ao longo do processo de investigação.

Em um dos últimos parágrafos da introdução, o antropólogo faz uma recomendação importante:

[...] devemos partir do fato de que o objeto de nosso estudo são os modos estereotipados de pensar e sentir. Enquanto sociólogos, não nos interessamos pelo que A ou B possam sentir como indivíduos no curso accidental de suas próprias experiências; interessamo-nos, sim, apenas por aquilo que eles sentem e pensam enquanto membros de uma dada comunidade. Sob esse ponto de vista, seus estados mentais recebem um certo timbre, formam-se estereotipados pelas instituições em que vivem, pela influência da tradição e do folclore, pelo próprio veículo do pensamento, ou seja, pela língua. O ambiente social e cultural em que se movem força-os a pensar e a sentir de maneira específica (*ibid.*, p.36).

Conforme se depreende desses trechos de *Argonautas do Pacífico Ocidental*, os procedimentos de pesquisa utilizados, longe de se restringirem a uma coleta de dados e a sua descrição, ou seja, a uma “prática de pesquisa”, tornavam evidente a dependência e a indissociabilidade da teoria do observador, que deveriam conferir, ao menos, um ponto de partida à investigação.

A teoria proposta pelo estudioso foi, por ele, denominada funcionalista (com forte viés positivista) e é possível compreender os limites dessa perspectiva, se a contribuição do autor for contextualizada historicamente. Além disso, corroborando as palavras de Durham (1978, p.9),

[...] a investigação da teoria e do método utilizado por Malinowski não pode entretanto, se reduzir à análise das proposições teóricas gerais que ele próprio formulou, de modo mais ou menos explícito, em diferentes ocasiões e cujas deficiências já foram tantas vezes apontadas por autores os mais diversos. O caminho mais profícuo consiste no exame do procedimento analítico através do qual o autor ordena e manipula a evidência empírica.

Desse procedimento analítico, importa ressaltar uma implicação presente no estudo etnográfico, desde a sua origem. Na medida em que ele se limita a uma única sociedade, é bastante restrita a possibilidade de generalização. Assim é que para formular categorias sobre a sociedade estudada, sem que sejam utilizadas categorias da própria sociedade do

investigador, inadequadas para o conhecimento de outras culturas, um elemento comparativo deve ser inserido na análise: a própria sociedade do observador. Explicando como esse termo de comparação permite um princípio de generalidade, Durham (1978, p. 27) afirma que

[...] a definição de categorias quase se transforma assim num diálogo intelectual entre observador e observado, no qual o que está em discussão são as representações que cada um formula das instituições tais como são dadas em sua cultura. A diferença está em que, nesse diálogo, o observado só fala através do próprio observador, que é quem reconstitui as categorias nativas.

Em outros termos, o discurso dos atores que pode ser obtido no convívio com o grupo estudado (e que não é o único tipo de dado coletado) não fala por si. O conhecimento e análise do discurso ou das representações grupais implicam o esforço intelectual de reconstituição por parte do pesquisador. Nesse processo de reconstituição, além do discurso, outras práticas significantes, não estão dadas, mas relacionam-se em “função de exigências teóricas postas pela definição do objeto da pesquisa” (MAGNANI, 1988, p. 140).

Ao longo do tempo, percebeu-se que os procedimentos adotados no estudo das chamadas sociedades tradicionais ou “simples” podiam ser empregadas nas investigações sobre a sociedade denominada “complexa”. Uma vez que o desenvolvimento histórico capitalista colocava em xeque a existência daquelas sociedades, a antropologia alargou o seu campo de interesse, para que não fosse decretado seu fim. Pode-se dizer que, nesse momento, ocorreu a primeira grande “adaptação” em seu método.

Ao voltar o seu olhar para a tentativa de compreensão de outros objetos, em especial da própria sociedade que a gerou, manteve-se a característica de a antropologia optar por recortes bastante delimitados, no tempo e no espaço. A necessidade de o pesquisador reconstruir as representações do grupo estudado a partir de suas próprias categorias também foi preservada, abrindo-se a possibilidade de utilização de categorias de agrupamentos que, no interior da mesma sociedade, apresentassem marcas de distinção. Assim, a diferença continuou sendo a tônica dos estudos em antropologia. No entanto, o diferente deixara de ser apenas o exótico, o estranho, o distante. Ele passara a ser também próximo, familiar, conhecido⁵. O diálogo a ser estabelecido entre o pesquisador e grupo(s) estudado(s), nessa nova situação, impôs outras e novas exigências, em especial, a necessidade do estranhamento.

Conforme analisa Da Matta, seguindo de perto os momentos críticos da história da disciplina⁶, duas tarefas caracterizam, grosseiramente, a prática antropológica: “(a)

⁵ Nesta situação, não se exige do pesquisador o aprendizado da “língua nativa” e dificilmente ele resida junto à população estudada ou compartilhe suas condições de vida.

⁶ O primeiro, diz respeito ao movimento original da antropologia, quando os pesquisadores buscaram a compreensão de universos de significação desconhecidos pelo meio social da época e o segundo, quando a disciplina dirige o “olhar” para a sociedade que a criou.

transformar o exótico no familiar e/ou (b) transformar o familiar no exótico” (1984, p. 157, destaque do autor). Para o autor,

[...] essas duas transformações fundamentais do ofício de etnólogo parecem guardar entre si uma estreita relação. A primeira transformação leva ao encontro daquilo que a cultura do pesquisador reveste inicialmente no invólucro do bizarro, de tal maneira que a viagem do etnólogo é como a viagem do herói clássico (...). Na segunda transformação, a viagem é como a do xamã: um movimento drástico em que, paradoxalmente, não se sai do lugar (...) todos aqueles que realizam tais viagens para dentro e para cima são xamãs, curadores, profetas, santos e loucos; ou seja, os que de algum modo se dispuseram a chegar no fundo do poço de sua própria cultura (DA MATTA, 1984, p. 158).

As noções de exotismo e familiaridade, como o autor discute, são complexas e passíveis de múltiplas interpretações. Para Da Matta (1984, p. 159), essas noções buscam exprimir “a idéia de que fatos, pessoas, categorias, classes, segmentos, aldeias, grupos sociais etc., poderiam ser parte de meu universo diário; ou não”. Mas reconhece como pertinentes as indagações de Velho, quando este equaciona o familiar com o conhecido, num sentido direto. Afinal, aquilo que é sempre visto e encontrado pode ser familiar, sem ser conhecido e vice-versa, bem como, “o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido” (VELHO, 1978, p. 39).

Contudo, no questionamento do que é familiar ou exótico, o pesquisador não utiliza categorias do senso comum, mas deve estar “munido de um conjunto de problemas que deseja submeter ao escrutínio da razão” (DA MATTA, 1984, p.160). Para este autor, assumir uma atitude de senso comum é supor que tudo o que está ao redor do pesquisador seja conhecido, negligenciando o fato de que a familiaridade implica em graus e não implica em conhecimento automático ou íntimo. No entanto, “para que o familiar possa ser percebido antropologicamente, ele tem que ser de algum modo transformado no exótico” (1984, p. 162). O mundo diário deve ser estranhado.

O estranhamento, se nos for permitido sintetizar a idéia, implica o desligamento emocional necessário, já que a familiaridade com o objeto de estudo, em geral, foi obtida através da convivência íntima, da mútua socialização. Desse modo, segue-se ao estabelecimento da relação empática com o objeto - quando os dados são coletados e a emoção, o sentimento e a afetividade insinuam-se como “hóspedes não convidados” - um momento em que a situação investigada deve parecer estranha, para que possa ser interpretada. No entanto, a mediação é realizada por um corpo de princípios norteadores: *as teorias do pesquisador*.

Para Geertz, a etnografia não se reduz a uma questão de métodos, de técnicas ou procedimentos determinados como estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever

textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário etc. O que define o empreendimento antropológico “é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’, tomando emprestada uma noção de Gilbert Ryle” (1978, p. 15)⁷.

Para Geertz (1978, p. 17),

[...] entre o que Ryle chama de ‘descrição superficial’ do que o ensaiador (imitador, piscador, aquele que tem o tique nervoso...) e a ‘descrição densa’ do que ele está fazendo (‘praticando a farsa de um amigo imitando uma piscadela para levar um inocente a pensar que existe uma conspiração em andamento’) está o objeto da etnografia: uma hierarquia estratificada de estruturas significantes em termos das quais os tiques nervosos, as piscadelas, as falsas piscadelas, as imitações, os ensaios das imitações são produzidos, percebidos e interpretados, e sem as quais eles de fato não existiriam (nem mesmo as formas zero de tiques nervosos as quais, como *categoria cultural*, são tanto não-piscadelas como as piscadelas são não tiques), não importa o que alguém fizesse ou não com sua própria pálpebra.

Contudo, a interpretação e a compreensão dessa descrição densa, senão a própria capacidade de perceber as diferenças entre os tiques e as piscadelas, bem como sua descrição, não são feitas à revelia de conhecimentos ou teorias formulados anteriormente.

2. A crítica epistemológica na antropologia

Já no início da década de 1980, constatou-se a valorização e a preferência pelo micro-estudo ante aos impasses teóricos dos grandes esquemas explicativos. No entanto, como afirma Cardoso, “se esta inspiração antropológica trouxe sangue novo para a pesquisa social, trouxe novos temas para o debate e novos impasses metodológicos” (1986, p. 94).

A proposta de discutir questões metodológicas de cunho conceitual ou de problemas de investigação não é uma novidade na antropologia. A partir de algumas reflexões sobre o assunto (CARDOSO, 1986) sabe-se que há sérias distorções internas ou “deslizes semânticos” (DURHAM, 1986) no seu campo de trabalho. Contudo, nem todas as áreas do conhecimento participaram desse debate em que foram apontados limites nas suas teorias e práticas científicas. Por essa razão, muitas as incorporaram, sem maiores críticas, aos próprios

⁷ Conforme relata Geertz, Ryle considera dois garotos que piscam rapidamente o olho direito. Num caso, trata-se de um tique nervoso; no outro, é uma piscadela conspiratória a um amigo e implica uma comunicação especial: 1) deliberada; 2) dirigida a um receptor definido; 3) que transmite uma mensagem particular; 4) que utiliza um código socialmente estabelecido e 5) não há o conhecimento dos demais companheiros. Enquanto movimentos, não há diferenças entre o tique e a piscadela. Contudo, enquanto o garoto com tique nervoso executou apenas uma ação, de contrair a pálpebra, o piscador executou duas ações: contrair a pálpebra e piscar. Se, ainda, um terceiro garoto pretendesse imitar aquele com tique nervoso, também se trataria de uma mensagem, não com o objetivo de conspirar mas de ridicularizar e que pode, nessa intenção, exigir mais do que a imitação, o ensaio.

procedimentos ou métodos de investigação, arriscando-se a deformá-los e a banalizá-los ou agudizando os problemas já detectados.

Talvez como decorrência da não consideração do conhecimento acumulado pela antropologia, construído em torno do conceito de cultura - ou seria melhor dizer, no plural, dos conceitos de cultura - negligencia-se que, apesar da variedade, tais conceitos mantêm compromissos com perspectivas teóricas diferenciadas que indicam os limites, alcance e desdobramentos de uma análise.

Quando passa a ser qualitativa e teoricamente questionável um procedimento desenvolvido por antropólogos, justifica-se a sua intromissão, sem a pretensão de ditar verdades, mas procurando contribuir para a superação de certas noções falsas ou calcadas em interpretação equivocada. Afinal, em que pese a aparente facilidade de emprego dos procedimentos antropológicos, sobretudo em razão da correspondência quase imediata com maneiras “familiares” de exploração do “desconhecido”, a investigação antropológica impõe exigências que devem ser respeitadas. Seja como for, a experiência de antropólogos atesta que seus procedimentos não se constituem em simples técnicas sobre as quais não se tem qualquer controle, acessíveis sem que implique algum esforço de reflexão, a quem quer que seja.

Cláudia Fonseca no texto “Quando cada caso NÃO é um caso” (1999), também busca indicar os equívocos de um método etnográfico que se fecha em técnicas e orientações teóricas centradas no individual e que desprezam a análise social. Procura esclarecer que a filosofia de ‘cada caso é um caso’ e o método etnográfico não são equivalentes. Propõe, assim, que seja aplicado de forma competente. Para Fonseca (1999, p.62)

[...] a etnografia não é tão ‘aberta’ assim, pois faz parte das ciências sociais e exige o enquadramento (político, histórico) do comportamento humano. Quando estudantes de educação (ou comunicação, ou medicina etc.) soltam as amarras de suas tradições disciplinares e se atiram sem preparação adequada podem, em vez de realizar uma costura interdisciplinar, cair no vazio - um território nem lá, nem cá, onde o que mais floresce é o senso comum da cultura do pesquisador.

Não se trata de reivindicar o monopólio de utilização desses procedimentos ou de “julgar” o seu uso inadequado ou “ingênuo”, por alguns, mas de considerar que foi a antropologia que desenvolveu de maneira sistemática a reflexão sobre as possibilidades e limites de seu emprego. Corroborando as palavras de Cardoso (1986, p. 95), “como tradicionalmente mantemos maiores compromissos com estas técnicas de trabalho, estamos também obrigados a refletir sobre sua utilidade sem, entretanto, esconder que estamos lisonjeados pela legitimação que recebem”.

Sabe-se que há diferenças entre as epistemologias existentes. Estas colocam questões teóricas que não são falsas, que deveriam ser conhecidas e compreendidas. Por essa razão,

negligenciar a diversidade de seus compromissos pode ser bastante perigoso, especialmente se for considerado o pressuposto de que não há neutralidade teórica no emprego desta ou daquela técnica, à luz do processo histórico de construção do conhecimento.

Ao longo do tempo, as ciências transformaram os seus domínios em monopólios de especialistas, com campos cada vez mais restritos do conhecimento. O discurso construído por essas ciências especializadas, de um franco antagonismo à análise marxista, como se deu com o positivismo, passou a incorporar muitas de suas categorias. Isso se deu *pari passu* com o aprofundamento das contradições do capitalismo, como forma de conferir maior fôlego a esses discursos de apologia do capital. Por essa razão, o combate ao marxismo foi mantido e o ecletismo utilizado como uma arma contra essa perspectiva, na medida em que, segundo Alves (1981, p.15)⁸,

seu fundamento é não se propor a constituir um sistema, mas sim a conciliar os sistemas. Para tanto, procura selecionar o que há de válido e positivo em cada um deles. Parte do pressuposto de que cada orientação metodológica se especializa numa esfera do real, jamais podendo esgotá-lo como um todo, portanto. Como se depreende, o ecletismo sub-entende que a unidade do real seria reconstituída em pensamento pelo somatório dos conhecimentos desenvolvidos por todas as ciências.

Alertava também Cardoso (1988, p. 95), há anos, para o fato de que,

[...]a reflexão metodológica no campo das ciências sociais vem tomando um rumo bastante curioso. (...)Quase tacitamente estamos aceitando o ecletismo como um bom caminho para o conhecimento e qualquer pergunta sobre as limitações impostas por este ou aquele método é impertinente, desqualificando os compromissos teóricos que cada método supõe.

Entretanto, decorrência do diálogo possível entre várias e díspares perspectivas teóricas - na medida em que não se pode negar as suas contribuições no estudo desta ou daquela temática -, a linha demarcatória entre ser ou não ser eclético é bastante tênue. A esse respeito, um exercício de reflexão, a partir de um texto de Godelier (1978), poderá trazer alguns esclarecimentos. Esse antropólogo marxista propõe uma nova articulação entre a história e a antropologia, afirmando que esta última deve se dedicar à análise das modalidades de passagem das sociedades sem classes ou “simples” para as sociedade de classes. Isso porque, no seu processo contraditório de expansão, o capitalismo tende a subsumir todas as relações sociais e formas de produção da existência à sua lógica. Porém, essa subsunção se dá de diversas maneiras e, portanto, tais processos são merecedores de reflexão sistemática.

⁸ Ainda, segundo Marco Aurélio Nogueira, “o ecletismo é epistemologicamente ‘conservador’ e limitado, mesmo quando acompanhado de sinceras intenções progressistas” (*Apud* ALVES, 1981, p.15). Além do que “o conhecimento é ‘desideologizado’ e colocado numa esfera acima das particularidades das perspectivas que se quer combinar” (*ibid.*, p.16-7).

Como lembra Godelier (1978, p. 60-1).

[...] existem dois princípios metodológicos que são igualmente reconhecidos pelo funcionalismo, estruturalismo e marxismo, como condições necessárias ao estudo científico dos fatos sociais. O primeiro estipula que é preciso avaliar as relações sociais não uma a uma, separadamente, mas tomando-as em suas relações recíprocas, considerando-as como totalidades que formam sistemas. O segundo determina que é preciso analisar esses sistemas em sua lógica interna, antes de analisar sua gênese e evolução.(...) Mas, à parte esse acordo, que trata apenas da formulação abstrata desses dois princípios e não das modalidades concretas de sua prática, a oposição é total entre o funcionalismo, por um lado, e o estruturalismo e o marxismo, por outro, quanto ao que se deve entender por 'estrutura social'.

Para os funcionalistas, como Radcliffe-Brown, a estrutura é o conjunto das relações visíveis que os homens estabelecem entre si. Enquanto realidade exterior ao espírito humano, é apenas um aspecto dessa realidade. Para alguns estruturalistas, como Leach - considerado pelo autor um empirista idealista⁹ - “a estrutura é uma ordem ideal que o espírito produz nas coisas, reconduzindo o fluxo multiforme do real a representações simplificadas que têm lugar na realidade e têm valor pragmático, permitem a ação e a prática social”(GODELIER, 1978, p. 61).

Lévi-Strauss, ao contrário desses estruturalistas, entende que as estruturas fazem parte da realidade; são a realidade. Porém, para ele, assim como para Marx, as estruturas não são diretamente observáveis, mas níveis da realidade que transcendem a visibilidade das relações entre os homens. Lévi-Strauss considera a estrutura social como modelo construído em conformidade com a realidade, sem que coincida com ela, tendo por matéria-prima as relações sociais. Estas tornam manifesta a estrutura.

Nem por isso o estruturalismo de Lévi-Strauss se confunde com a posição de Marx. Para a percepção das diferenças entre os dois teóricos, a questão essencial, no entender de Godelier, é “delimitar precisamente o que Lévi-Strauss entende por história, e a formulação que elabora da causalidade da economia e, de outro, ver as aplicações em sua prática teórica” (1978, p.63).

Para Lévi-Strauss é evidente que toda a sociedade está na história e, por essa razão, seria “fastidioso” e “inútil”, acumular argumentos para prová-lo. Também considera que apenas as transformações sociais engendram as transformações ideológicas e não o contrário.

⁹ A propósito do idealismo, vale lembrar, a crítica feita por Marx e Engels (1986. p.37): “não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir desse processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. E mesmo as formações nebulosas no cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais”.

No entanto, tomando da obra levi-straussiana a análise dos sistemas de parentesco, Godelier (1978, p.65-6) conclui que

[...] a análise estrutural, ainda que não negue a história não pode incorporá-la porque, desde o início, separou a análise das 'formas' das relações de parentesco da análise de suas 'funções'. Não que essas funções sejam ignoradas ou negadas, mas jamais são exploradas enquanto tais

É importante ressaltar que, nesse texto, Godelier afirma ser o problema mais importante das ciências sociais, a investigação das razões e condições a partir das quais uma instância social assume determinada função. Vale dizer que os estudos devem incidir nas modificações da forma e mecanismo interno da função, que implicam mudanças da própria função. Para ele,

[...]se constata não ser suficiente que uma instância assuma *várias e não importa quais* funções para ser dominante, se não assumir a função de relações de produção, o que não quer dizer, necessariamente, o papel de esquema organizador do processo concreto de trabalho, mas o controle do acesso aos meios de produção e aos produtos do trabalho social. Esse controle significa, igualmente, autoridade e sanções sociais, portanto, relações políticas. São as relações de produção as responsáveis pela dominância de determinada instância. Têm, portanto, eficácia determinante geral sobre a organização da sociedade, uma vez que determinam a dominância e através da dominância a organização geral da sociedade(GODELIER, 1978, p.50, grifo do autor).

Estabelecendo-se, por princípio, que, para se evitar o ecletismo, é preciso explicitar, de alguma maneira, a epistemologia que conduz qualquer investigação, estudo ou análise, deve-se reconhecer que, em algumas situações, isso é bastante problemático. Por vezes, tal exigência é cumprida a partir da declaração da perspectiva teórica norteadora, sem que isso seja garantia de sua efetiva utilização. Em outras ocasiões, percebe-se que, apesar de não ser mencionada ao longo de um trabalho, a teoria subjacente é cristalina. Há, ainda, oportunidades em que nem uma coisa, nem outra, é feita. A todas essas possibilidades, pode ser acrescido o elemento complicador, que reside na utilização de estudos de diversas matrizes teóricas. E mais: essa utilização pode se dar por um processo de incorporação-superação ou por justaposição. Faz muita diferença se os conceitos de outras perspectivas são incorporados e superados a partir de uma mesma epistemologia ou se são arrolados sem que qualquer teoria esteja norteadora a análise.

Partilhamos a convicção de que não há necessidade declarações formais de opção teórica, especialmente quando não se percebe qualquer compromisso com a teoria, no diálogo que deve estabelecer com dados obtidos numa pesquisa. Porém, no momento em que ainda não parece ter sido superada a chamada “crise de paradigmas” que espalha o discurso pós-

moderno¹⁰, impõe-se que as opções teóricas sejam radicalizadas, no sentido de se buscar a compreensão das coisas pela raiz da sociedade capitalista de nosso tempo¹¹.

A crítica da perspectiva pós-moderna vem sendo empreendida por antropólogos como Otávio Velho e Roberto Cardoso de Oliveira, justificando-se pela associação quase imediata que tem sido feita entre a antropologia e essa perspectiva. Para Velho,

o sucesso público da Antropologia é em parte explicado pelo relativismo e seus desdobramentos, em especial, a valorização da diversidade. No entanto, na esteira de outros estudos que passam a refletir sobre as adesões ao discurso relativista, o antropólogo passa a considerá-lo como fazendo parte do ‘metadiscorso niilista moderno’.

Continuando, Velho (1991, p.121) não economiza palavras para caracterizar esse discurso “ao qual, por seu intermédio, se integram *malgré eux* os antropólogos: ação de retaguarda que se pretende central; (auto)mistificador, arrombador de portas abertas”. A seu turno, Roberto Cardoso de Oliveira (1995, p.1) afirma que “falar em interpretação nas Ciências Sociais hoje em dia e, sobretudo na Antropologia, é uma temeridade, pois facilmente quem assim o fizer pode ser confundido com um defensor de uma ‘antropologia interpretativista’, comumente chamada de ‘pós-moderna’”. Além disso, são muitos os caminhos e os descaminhos aos quais a subjetividade, a afetividade, a emoção podem nos levar (VALENTE, 2004), quando assumem o estatuto de “realidades auto-explicativas”. Como bem lembra o mesmo autor, “precisamente por não fornecer proposições nomológicas” (OLIVEIRA, 1995, p.14), é reconhecido pelos antropólogos o caráter inerentemente impressionista da observação participante.

Com base na discussão precedente, é possível entender-se porque os antropólogos, a partir de diversas matrizes teóricas, não estão dispostos a abrir mão da “riqueza da pesquisa empírica antropológica tradicional, elaborada pelo funcionalismo”(DURHAM, 1988: 25). No entanto, com o abandono cada vez maior do funcionalismo¹² e a adesão cada vez maior ao marxismo, sem que houvesse a necessária delimitação do novo campo metodológico – técnico e teórico - da antropologia, foram sendo produzidos aquilo que essa antropóloga denomina por “deslizes semânticos”.

¹⁰ Para os críticos pós-modernos, a realidade social da atualidade é tão nova e carregada de matizes que nenhum sistema teórico seria capaz de captar. Desse modo é apenas possível estudar a especificidade e a singularidade dos fenômenos.

¹¹ Em que pese o irracionalismo que permeia tal crise, no que diz respeito ao marxismo ela foi positiva como divisor de águas entre as perspectivas de caráter dogmático e aquelas que intentam perceber a dialética do real mutante.

¹² Os argumentos mais conhecidos da crítica ao funcionalismo residem no fato de que o seu pressuposto de integração social e cultural inibe a percepção do conflito e da mudança o que resulta numa visão imobilista e conservadora da realidade.

Para Durham, duas tendências marcariam, no plano prático e conceitual, tais deslizos. A primeira delas seria a de transformar a “observação participante” em “participação observante”, quando os estudos resvalam para a militância e arriscam-se a cair numa “armadilha positivista”, ao pretenderem substituir a análise antropológica pelas categorias “nativas” para a explicação da sociedade. A segunda tendência seria a preocupação com a análise simbólica no interior de uma perspectiva culturalista, que chama a atenção para a não universalidade do pensamento ocidental, convivendo com o conceito marxista de ideologia ou com a ausência do conceito de classe, o que resulta na despolitização dos conceitos na medida em que estes são desligados da sua inerente problemática teórica.

A utilização de técnicas antropológicas a partir de um substrato teórico marxista impõe, de um lado, a compreensão das relações estabelecidas entre o singular e o universal¹³, bem como das mediações existentes entre estas instâncias. De outro, exige a compreensão do próprio conteúdo dessas mediações, marcado pela contradição e que é categoria fundamental da lógica dialética.

Em síntese, positivismo, fenomenologia, funcionalismo, estruturalismo, marxismo, “pós-modernismo” estabelecem compromissos diferentes para a compreensão da realidade social e que não podem ser negligenciados. Sob o risco de as pesquisas realizadas não romperem com o senso comum, serem presas do ecletismo ou da inocente crença de que as técnicas bastem por si.

A guisa de conclusão: no campo do agronegócios

Na página eletrônica do PENSA (2008), Centro de Conhecimento em Agronegócios, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), estão publicados vinte e um (21) estudos de caso que, analisados, podem indicar os procedimentos utilizados. Depreende-se que foram realizadas observações sobre as atividades desenvolvidas e entrevistas com proprietários ou diretores de empresas; avaliados balanços contábeis e contextualização econômica no *ranking* produtivo. A partir de um relato iminentemente descrito, inclusive contemplando o histórico empresarial, são ressaltadas as principais características e potencialidades para, em seguida serem propostas questões para o debate que encaminham a organização dos dados coletados para eventuais consultorias.

Em alguns casos, são sugeridas aplicações didáticas voltadas para temas como Nova Economia das Instituições ou Teoria das Organizações, na medida em que trata de custos de

¹³ De maneira sucinta, o singular e o universal são níveis diferenciados e não-excluentes da produção do conhecimento. O singular, em geral, refere-se aos objetos de pesquisa; o universal expressa as tendências históricas da organização social dominante, ou seja, do modo de produção capitalista.

transação ou da questão fundamental das estruturas de governança; Organização Industrial, ao tratar dos padrões de concorrência, das estratégias competitivas das empresas e da busca de lucros diferenciais, além de introduzir a questão da integração vertical, parcerias e cursos relacionados ao estudo de cooperativas de produção. Tais aplicações são indicadas para utilização no apoio a cursos voltados para o público de mestrado e doutorado em economia e administração e adicionalmente em programas de treinamento do público gerencial de cooperativas, explorando os problemas associados ao crescimento horizontal, vertical e aspectos de gestão.

Duas características desde logo chamam a atenção: a empresa e o produto são os focos. As empresas tomadas para investigação, em geral, são consideradas “casos de sucesso”: por ser empreendimento bem sucedido; por apresentar resultados líquidos positivos; pela excelência alcançada nos níveis técnicos; por sua posição no mercado, diferenciado ou não; pelas demonstrações de capacidade para superar crises; por profissionalizar o gerenciamento; pela *performance* nas exportações etc. Por sua vez, o produto é separado do produtor, artifício operado pelos economistas e que fundamenta a troca livre no mercado. Aqui, categorias sociológicas são estranhas à análise das operações comerciais. À exceção do conceito de poder, capaz de renovar o estudo das firmas oligopolistas. Pode-se, então constatar problemas críticos no desenvolvimento da literatura neoclássica que sozinha é incapaz de analisar situações complexas, nas quais intervêm formas de coordenação não mercantis. Na condição de uma “teoria do equilíbrio”, assim como o positivismo, a teoria neoclássica tem dificuldades para apreender o seu contrário.

Trata-se, então, de um limite da técnica – o estudo de caso e os procedimentos possíveis – ou teórico? Caso os olhos não estejam preparados para ver nada, ou muito pouco, conseguem enxergar. Não porque haja problemas com o procedimento de obtenção de dados ou captação do empírico, mas devido a evidentes limites teóricos.

Talvez a mais importante discussão a respeito da metodologia seja sobre o reconhecimento de que não tem *status* próprio e, por isso, deva ser definida em um contexto teórico. Ao longo do tempo, duas “tradições” se consolidaram no campo metodológico, cuja discussão não se reduz a uma questão terminológica, mas implica diferenças conceituais e revisões acerca de seu significado: uma vinculada à estatística e outra à filosofia e sociologia do conhecimento. Na primeira, confunde-se com os procedimentos e técnicas utilizadas pelo pesquisador para a captação do empírico, pressupondo o processo de construção do conhecimento humano como dado, neutro e linear. É entendida como descrição das sistemáticas adotadas para a coleta, análise e interpretação de um determinado objeto de estudo. Na segunda, no âmbito da Filosofia da Ciência, examina-se o processo de

investigação científica como movimento de pensamento humano do empírico ao teórico e vice-versa. Volta-se para a análise da problemática gnosiológica que busca explicitar a relação que se estabelece entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido. Essas duas perspectivas corroboram a assertiva de que o conflito entre tendências metodológicas não é falso!

Ante as grandes mudanças da atualidade, novos paradigmas surgem nos agronegócios. Se no passado para resolver problemas eram chamados especialistas de áreas vinculadas a aspectos como a tecnologia, meio ambiente, recursos, finanças, marketing e segurança dos alimentos, hoje essa prática foi superada. Há um entrelaçamento entre essas áreas que devem ser integradas e, por essa razão “o Agronegócio precisa readaptar seu capital humano” (RINALDI *et.al.*, 2007, p.147).

Um bom caminho para isso é abrir-se aos conhecimentos acumulados pelas Ciências Humanas, cuja presença já é importante nos cursos de pós-graduação existentes, mas, em geral, em muito superada pela tradição das Ciências Sociais Aplicadas, que buscam respostas rápidas para soluções de problemas. Entretanto pode-se deparar com problemas complexos, para os quais respostas rápidas não são capazes de resolvê-los. Muitas vezes, ao centrarem-se no plano individual – a empresa; o negócio; o produto – ou, ainda, como se fossem “entidades descarnadas”, e em técnicas e orientações passíveis de captá-lo, desprezam a análise social. Como decorrência, além de uma resposta parcial e até efêmera, esbarra-se com frequência no senso comum.

Nas investigações de caráter antropológico, tudo o que conforma a complexidade do real é objeto de interesse, até porque o olhar do pesquisador se volta para objetos bastante delimitados no tempo e no espaço. Contudo, não significa dizer que, por essa razão, não sejam utilizados procedimentos rigorosos de coleta de dados. Técnicas como a observação, as conversas informais, a obtenção de histórias de vida, longe de serem utilizadas ao bel prazer de quem quer que seja, requerem preparo teórico ou, se quiserem, um “olhar treinado”.

Como foi dito, desde há muito está claro que a coleta de dados é indissociável das teorias do observador, e, portanto, as técnicas ou métodos utilizados não são neutros. Mas a base teórica não pode ser tomada como “camisa de força”, como empecilho para que dados, até então não contemplados na reflexão, sejam negligenciados. Afinal, justamente a reflexão sobre objetos singulares ou específicos que é capaz de enriquecê-la. Através do contínuo processo de comprovação-negação, a teoria se renova ao superar-se, mantendo a continuidade da prática científica. No caso particular da antropologia, já se disse que as teorias do pesquisador incidem sobre o trabalho de campo e o registro empírico, que esse e outros procedimentos de coleta de dados propiciam. Na verdade essas teorias dirigem o seu “olhar”

todo o tempo, evitando a dualidade técnica/teoria e impondo o esforço intelectual de análise de temáticas particulares, num contexto mais amplo de compreensão. Desse modo, por mais que as impressões obtidas durante o trabalho de campo pareçam desprovidas de qualquer reflexão teórica, aqui e ali se vislumbram questões que deverão merecer cuidado analítico. E não é imprescindível que essas impressões mereçam destaque na reflexão a ser realizada.

Se, de um lado, como condição da pesquisa antropológica, deve-se respeitar a perspectiva nativa e a sua “lógica própria”, para a compreensão das características de uma situação marcada pela singularidade; de outro lado, não se pode supor que essa lógica fale por si. É preciso que a análise tenha por referência uma realidade mais ampla de compreensão, porque há mediações que devem ser compreendidas entre os objetos singulares e o contexto no qual estão inseridos.

Uma ou outra técnica a ser utilizada, que vem informada pela opção por uma determinada teoria, é vai indicar a linhagem do pesquisador, parafraseando Peirano (1991). Contudo, não se trata de explicitar hipóteses teóricas, *a priori*, imaginando ser possível isolar um fato antes de chegar ao significado da totalidade do contexto empírico, mas de admitir que na seleção, observação e interpretação de ‘fatos etnográficos’, a teoria explícita ou implícita determina a orientação ou o rumo a ser perseguido.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Gilberto Luiz. *Da História à História da Educação*. UFSCar, 1981. (dissertação de mestrado).
- CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica - teoria e pesquisa*. 2.ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO (org.). *Op. cit.*, 1986. p.95-105.
- DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. 4a. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- DAVIS; GOLDBERG. The genesis and evolution of agribusiness. In: *The nature of agribusiness*. Massachusetts: Harvard University, 1957.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. *A reconstituição da realidade*. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO (org.). *Op. cit.*, 1986. p. 17-37.
- FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n.10, p.58-78, jan/fev/mar/abr 1999.

- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GODELIER, Maurice. Economias e Sociedades: abordagens funcionalista estruturalista e marxista. In: CARVALHO, Edgard Assis(org.). *Antropologia Econômica*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978, p. 45-83.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- HEIGEGGER, Martin. *Conferências e escritos filosóficos*. 1ª edição, vol. XLV. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores).
- HOFF, D; DEWES, H.; RATHMANN, R.; BRUXH, K.; PADULA, A. Os desafios da pesquisa e ensino interdisciplinares. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v.4, nº 7, p. 42-65, julho de 2007.
- HUSSERL, Edmund. *Investigações lógicas – sexta investigação (elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento)*. Vol. XLI. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Os Pensadores)
- LAZZARINI, S. G. Estudos de Caso para fins de pesquisa: aplicabilidade e limitações do método. In: FARINA, E. Et al. (Coord.) *Estudos de Caso em Agrobusiness*. São Paulo: Pioneira/PENSA, 1997, p. 9-23.
- LÉVI- STRAUSS, Claude. O feiticeiro e sua magia. In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975, p.193-213.
- MAGNANI, José Guilherme C. Discurso e representação ou De como os *baloma* de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO (org.). *Op. cit.*, 1986. p.127-140.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. 1a. ed. São Paulo: Abril Cultural. 1976. (Col. Os Pensadores).
- MARX, Karl. *O capital*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 6ª edição, Livro I, vol. I, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MASINI, Elcie F. Salzano. Enfoque fenomenológico em pesquisa em educação. In: FAZENDA, Ivani (org.) *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. A dupla interpretação na Antropologia. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, p. 9-20, 1995.
- PENSA. www.pensa.org.br (acesso em março de 2008).
- PEIRANO, Mariza G.S. Os antropólogos e suas linhagens. *Revista brasileira de Ciência Social*, São Paulo, nº 16, ano 6, pp. 43-50, julho de 1991.

- RINALDI, Rúbia N.; BATALHA, Mario O.; MOURA, Thaís L. Pós-Graduação em Agronegócios no Brasil: situação atual e perspectivas. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v.4, nº 7, p. 141-158, julho de 2007.
- SILVA, C. A. B. S.; BATALHA, M. O. Competitividade em Sistemas Agroindustriais: Metodologia e Estudo de Caso. In: NEVES, M. F. (Coord.) *Anais do Workshop Brasileiro de Gestão de Sistemas Agroalimentares*. Ribeirão Preto: PENSA/ FUNDACE/ USP, 1999, p. 09-20.
- VALENTE, Ana Lúcia E.F. As armadilhas da emoção - o trabalho de campo numa pesquisa sobre educação intercultural. In: CENTENO, Carla; BRITO, Silvia. (Org.). *Educação e diversidade cultural*. 1 ed. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2004, v. 1, pp. 21-57.
- _____. Algumas reflexões sobre a polêmica agronegócio *versus* agricultura familiar. *Texto para discussão*. Brasília: EMBRAPA, 2008 (no prelo).
- VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson (org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- VELHO, Otávio. Relativizando o relativismo. *Novos estudos Cebrap*. São Paulo, nº 19, pp.120-130, março /1991.
- ZYLBERSZTAJN, Décio. Ensino, pesquisa e consultoria nos agronegócios: as múltiplas linguagens do profissional dos agronegócios, In: PINAZZA, L.A.; ALIMANDRO, R. *Reestruturação do agribusiness brasileiro*. ABAG/FGV: Rio de Janeiro, 1999. p.95-110.